

British offered themselves for the job and that the armed expedition was in fact their own idea.⁵⁶

Did the Portuguese see this threat coming? That question is difficult to answer. As we have already seen, the Newbery and Fitch affair is essentially circumstantial; the *Estado da Índia*'s authorities feared political uproar after Philip II's accession to the throne, and some contradictory rumours circulated through the Persian Gulf at that time. But instead of diminishing, this climate of suspicion developed into a more open hostility, and by the time of the Sherley brothers' arrival in Persia the Portuguese viceroy was already frankly opposed to any English presence in the East. And what happened to Robert Sherley in Şind shows that the captain of Ormuz was prepared to erase any threat to the Portuguese monopoly in the Indian Ocean and in the area of the Persian Gulf in particular. Even if the naval defeats that they endured from the East India Company's fleets meant times were changing fast, the most determinant factor against the survival of the Portuguese settlements in the Strait of Ormuz was the breakdown of diplomatic negotiations with Şāh 'Abbās. In fact, after the utter failure of García de Silva y Figueroa's embassy in 1619,⁵⁷ the Safavid emperor definitely changed his strategy concerning the Iberian crown and the *Estado da Índia*. This led to the military intervention of the British in the affair and accelerated the conquering plans that the Safavid emperor had already devised.

This paper was a short presentation of a crucial literary ensemble that deserves to be studied from a new and more ample perspective, a perspective that aims to discover the real issues behind the formal evidence of the writing process. We only mentioned some aspects chosen as examples for their obvious relevance, but there is much more to be said about these accounts. And after the classical works of Sir William Foster some of these texts – especially the ones regarding the Russia and Levant Companies – have been more or less vowed by modern historiography to oblivion, though their interpretation is crucial for a reevaluation of the history of European expansion in the western Indian Ocean in early modern times.

⁵⁶ Eskandar Beg Monshi, *History of Shah 'Abbas the Great (Tārīk-e 'Ālamārā-ye 'Abbāsī)*. Trans. Roger Savory, Boulder, Colorado, Westview Press, 1978, vol. II, p. 1202.

⁵⁷ See *Comentarios de D. García de Silva y Figueroa de la embajada que de parte del rey de España Don Felipe III hizo al rey Xa Abas de Persia*, Madrid, Sociedad de bibliófilos españoles, 1903; Carlos Alonso, *Don García de Silva y Figueroa. Embajador en Persia (1612-1624)*, Badajoz, Diputación Provincial de Badajoz, 1993; Luís Gil (ed.), *García de Silva y Figueroa. Epistolário diplomático*, Cáceres, Instituto "el Brocense", 1989.

A PAISAGEM URBANA DE NOVA GOA, ENTRE A “VELHA CIDADE” E OS TEMPOS MODERNOS

ALICE SANTIAGO FARIA *

A Construção da Nova Capital [1843-1882]

Em 1843 quando Nova Goa foi criada e elevada a capital, compreendia “(...) todo o litoral da margem esquerda do rio Mandovi desde a foz do mesmo Rio até à ponta de Dangim (...)”.¹ A cidade era constituída por três bairros: Pangim, Ribandar e Goa. A nova e a velha cidade tornavam-se numa só, demonstrando desde logo, a influência que a última iria exercer na nova capital (Desenho 1). No entanto, o desenvolvimento urbano do primeiro bairro, onde se centraram as grandes obras de infra-estruturação feitas na sua maioria até 1882,² fez com que este se confundisse muitas vezes com a própria capital. Era chamado indiscriminadamente de Nova Goa ou Pangim, demonstrando que a cidade mais alargada, só existia no papel e num sonho que teimava em persistir.

Na realidade desde há muito que diversas partes da administração pública se tinham mudado para Pangim, instalando-se a maioria em edifícios particulares preexistentes.³ Ao longo do século XIX, esses edifícios, foram sendo reconver-

* Université Paris I.

¹ *Boletim do Governo do Estado da Índia*, n.º 41, 22 de Março 1843.

² Embora desde 1738 se pensasse fazer em Pangim uma cidade, o único plano que se conhece até 1843 é o de 1776. As obras tiveram dois principais impulsionadores D. Manuel de Portugal e Castro (1826-1835) e Caetano de Almeida e Albuquerque (1878-82).

Sobre esta questão: Alice Santiago Faria, “Pangim entre o passado e a modernidade: a construção da cidade de Nova Goa, 1776-1921” in *Murphy 2*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007, pp. 66-97.

³ Cotinneau de Kloguen, *An Historical Sketch of Goa* (facsimile da edição de Madras de 1831), New Delhi, Asian Educational Services, 2005, p. 96.

tidos ou substituídos por outros com melhores condições. Neste processo, materiais vindos de Velha Goa foram aproveitados, à semelhança do que se tinha feito anteriormente aquando da tentativa de mudança da capital para Mormugão.⁴

Apesar da sua exacta utilização ter sido pouco documentada, são conhecidos alguns exemplos. No Quartel de Artilharia (1832) foram utilizadas pedras do Colégio Novo de S. Paulo também designado de S. Roque, e do Colégio de S. Paulo;⁵ por entre o material usado deveriam estar as pedras, que ainda hoje se podem observar, nas entradas do lado nascente e norte. No Monumento a Afonso de Albuquerque (1843) a utilização de colunas de granito e traves de ferro do convento de S. Domingos,⁶ e na Câmara Municipal (1858) existem testemunhos da utilização de pedras do antigo Senado e do Convento da Madre de Deus de Daugim.⁷

Sabe-se porém que a destruição passou a ser sistemática, com a pedra dos edifícios públicos a ser vendida aos particulares pelo Estado. Segundo Lopes Mendes do total de 43 edifícios existentes em 1863, só 10 ainda existiam 20 anos depois.⁸

Para além destas construções foram diversos os edifícios públicos construídos ou totalmente reconvertidos neste período: a alfândega (1826, 1841);⁹

⁴ Em 1684, o Vice-Rei, decidiu abandonar a cidade de Goa e fazer a primeira tentativa de mudar a capital para Mormugão, cujas boas condições de salubridade eram por todos reconhecidas. Essas tentativas foram-se sucedendo entre 1685 e 1760. Sobre a ascensão e o declínio da Cidade de Goa e as tentativas de mudança da capital para Mormugão existe inúmera bibliografia entre as quais: C. Kloguen, *An Historical Sketch of Goa*; A. Germano Correia, *La Vieille Goa. Bastora, Imprimeria Rangel*, 1931; José Nicolau da Fonseca, *An historical and archaeological sketch of the City of Goa* (facsimile da edição de Bombaim de 1878), New Delhi, Asian Educational Services, 2001; Padre Gabriel de Saldanha, *História de Goa: Política e Arqueológica*, Nova Goa, Livraria Coelho, 1925; J. Cunha Rivara, “Tentativa de mudança da cidade de Goa para Mormugão” in *O Cronista do Tissueary*, Maio 1866, pp. 122-130; Junho 1866, pp. 145-155; Julho 1866, pp. 225-237; Outubro 1866, pp. 253-259; Dez. 1866, pp. 311-315; Jan. 1867, pp. 3-7; Ferreira Martins, “Mudança da Cidade de Goa para Mormugão” in *O Oriente Português*, vol. VII, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1910; Pedro Dias, *De Goa a Pangim. Memórias tangíveis da Capital do Estado Português da Índia*, Lisboa, Santander Totta, 2005.

⁵ A. Lopes Mendes, *Índia Portuguesa, breve descrição das possessões portuguesas na Ásia* (facsimile da edição de Lisboa 1886), Lisboa, Fundação Oriente, 1992, vol. I, pp. 81, 166.

⁶ A. Lopes Mendes, *Índia Portuguesa...*, p.101.

⁷ Viriato de Albuquerque, *O Senado de Goa*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1909, p. 68.

⁸ A. Lopes Mendes, *Índia Portuguesa...*, vol. I, p. 150.

⁹ Sabe-se que a alfândega mudou para Pangim em 1811 (J. N. Fonseca, *An historical...*, p. 99) e que o edifício D. Manuel de Portugal e Castro (1827-1835) mandou construir um edifício pois até à data a alfândega encontrava-se instalada em barracões (Manoel F. Louzada d’Araujo d’Azevedo, “Segunda memória Descritiva e estatística das possessões portuguesas na Ásia e seu estado actual” in *Annaes Marítimos e Coloniais*, 2.ª série, 3 (1842), p. 172).

É certamente o edifício que hoje vemos, apesar dos acrescentos e alterações, o mesmo que Lopes Mendes desenhou entre 1862 e 1871 e que se encontra representado na *Planta Topogra-*

o Tribunal da Relação (1878);¹⁰ os Correios (1893);¹¹ e ainda a Contadoria ou Fazenda (1885),¹² onde se pode adivinhar a provável utilização de elementos vindos de Velha Goa, nas ombreiras da porta principal, assim como na construção que lhe é contígua.

Posteriormente foram construídos outros dois edifícios que ainda se podem incluir neste grupo de construções: Tribunal de 1.ª Instância construído no local da antiga cadeia (1888-1901);¹³ e a Administração das Comunidades das Ilhas (1903),¹⁴ que considero um edifício de transição, sobretudo pela sua implantação

plica de Nova Goa, Capital da Índia Portuguesa. Levantada e desenhada sob a direcção do Major Eng. Manuel Ferreira Martins, pelo Aspirante e Oficial Rodolfo Rosmiro Corrêa Mendes em 1870. Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL). Em “Mappa de Goa por José Maria Gonçalves” in *O Oriente Português*, vol. II, 1905, p. 365 são referidos acrescentos no edifício da Alfândega entre 1841-42 e outros na “parte occidental, feito em tempos modernos”. Comparando a planta de 1870 com a planta de 1888 (*Planta da Cidade de Nova Goa*. José Francisco da Silva, 1888. Biblioteca Nacional Digital. BND), pode-se concluir que o acrescento, perfeitamente reconhecível até aos dias de hoje, da zona de arcadas no alçado poente do edifício foi feito entre 1871 e 1888.

¹⁰ *Edifícios Públicos do Estado da Índia, Mappa 7*, in José Frederico D’Assa Castel-Branco, *Relatório sobre os serviços de obras públicas do Governo Geral do Estado da Índia, 1896-97*, Nova Goa, Imprensa Nacional. 1899. (Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Obras Públicas. Processos e relatórios. 1891/1905. N.Ordem 248, Cód. 2G.) e *Ofício sobre a conclusão das Obras da casa destinada para a Relação do Estado. 26 de Agosto de 1878* (AHU. SEMU. Índia. Correspondência do Governador. 1878-1880. N.Ordem 1925, Cód. 1L).

¹¹ *Contas Correntes com Obras no ano de 1893. Assinado José Frederico d’Assa Castel Branco*. (AHU. SEMU. Obras Públicas Contas Correntes. 1893. N.Ordem 2655. Cod. 2G).

¹² Os serviços foram transferidos para Pangim em 1819 e instalaram-se num edifício particular preexistente. O edifício foi ampliado no governo de Ferreira Pestana (1.ª vez: 1844-51; 2.ª vez: 1864-70). Bragança Pereira, “As Capitais da Índia Portuguesa”, separata de *O Oriente Português*, Nova Goa, Imp. Gonçalves, 1932, p. 45 e António de Menezes, *Goa – Notas Históricas*. Vol. I, *Pangim através dos séculos*, Nova Goa: s.n., 1978, p. 18. 1851-1855 são as datas apontadas por P. Dias, *De Goa a Pangim...*, p. 316. Porém Percival de Noronha, data o edifício hoje existente de 1885 (Entrevista com Percival de Noronha, Goa, Dezembro de 1997) e em *Mappa de todos os edifícios públicos do Governo (...). Julho de 1886*. (AHU. SEMU. Índia. Obras Públicas. 1870/1888. N.Ordem 2656, Cód. 2G). O Edifício da Contadoria-Geral constava da lista e era referido que se encontrava em bom estado de conservação. O que é consistente com uma data de construção/remodelação próxima.

¹³ *Relatório das Obras Públicas da Índia. De 1 Julho de 1888 a 30 de Junho de 1889*. (AHU. SEMU. Obras Públicas – Contas e Relatórios. N.Ordem 2652. 1878-1891. Cód. 2G), p. 14 – “O Tribunal de primeira instância da comarca das Ilhas não tem edifício próprio (...) Fez-se por esta razão, (...) o projecto de um edifício destinado ao mesmo tribunal, aproveitando as paredes e o pavimento das duas grandes casernas da Polícia Civil, que passou como devia, para as casernas desocupadas do grande quartel de Pangim”. Só terá sido construído no entanto depois de 1901. Pereira, *As Capitais...*, p. 169 – “Cadeia Pública, que foi demolida em 1891, levando-se em seu lugar as casas onde actualmente funciona o Tribunal de 1.ª instância.” e 1901. *Plano geral das obras públicas que mais carece aquele Estado (...)* (AHU. N.Ordem 248, Cód. 2G.) – “... indica-se a construção de edifícios (...) Tribunal de 1.ª Instância...”.

¹⁴ *Boletim Oficial do Governo Geral do Estado da Índia*, n.º 71, 18 de Setembro, 1903.

numa situação de esquina e pelo modo como a resolve. Embora não conheça informações mais precisas sobre estes edifícios, eles apresentam algumas características comuns: a maioria tem volumes rectangulares simples, dois pisos, não têm varandas ou arcarias sobre a rua, nos pisos superiores quase todos têm janelas de sacada. A entrada e os acessos são centrais, assim como os corredores de distribuição. Muitas das fachadas são divididas em tramos por pilastras ou por elementos rusticados e alguns têm pátios. Têm também a localização em comum: todos se situam a norte das Fontainhas junto ao Palácio do Governo.

E embora também não conheça exactamente as suas autorias, sabe-se que eram desenhados na repartição das Obras Públicas de Goa e que aqui a maioria dos directores e funcionários nesta época, eram nascidos em Goa, luso-descendentes – tendo estudado na Academia Militar em Goa.¹⁵ Assim é pouco provável, que a linguagem de influência portuguesa fosse utilizada por um conhecimento directo e consciente da arquitectura que se fazia em Portugal, apesar de ser semelhante à arquitectura que os portugueses fizeram um pouco por todo o seu espaço colonial. Sendo, por isso mais plausível que a ascendência da antiga capital sobre a comunidade Goesa e sobre a comunidade luso-descendente em particular, fosse a responsável pela utilização de elementos característicos da arquitectura feita pelos portugueses.

A ascendência da velha cidade, na sociedade goesa do século XIX, foi desde logo testemunhada por Cottineau de Kloguen que referia a ligação extraordinária dos goeses à sua capital, apesar desta se encontrar em ruínas.¹⁶ Em 1888, 10 anos depois do testemunho de Kloguen, Frederico Ayalla, descrevendo os edifícios de Pangim dizia que estes tinham: “...janelas de feitiço das dos nossos conventos antigos (...)”¹⁷ mostrando que em Goa essa influência existia de um modo consciente.

Dos edifícios particulares e da imagem da cidade em geral, no século XIX, diversas descrições e registos chegaram até aos dias de hoje. Mostram uma imagem uniforme conhecida por todos: nas ruas as construções eram contínuas, os edifícios residenciais tinham na sua maioria planta rectangular, mais com-

¹⁵ É o caso do José da Costa Campos, Cândido Garcez Palha e de Francisco Ferreira Martins, Inspectores das Obras Públicas de Goa entre 1843 e 1879 e ainda de José Frederico D’Assa Castel-Branco, Sub-Director e Director das Obras Públicas entre 1879 e 1903, entre outros, todos formados na Academia Militar de Goa. “Mappa demonstrativo dos allunos da extinta Academia militar que obtiveram suas cartas de habilitação (...) até à sua extinção em 18 de Agosto de 1841.” Mapa anexo a: João Mello de Sampaio, “Breve notícia da origem e divulgação dos Estudos Superiores em Goa, por methodos Europeus e em lingua portugueza” in *O Oriente Português*, vol. II, n.º 3, 1905.

¹⁶ “...en general les Portugais de cette partir de l’Inde ont un attachement extraordinaire pour leur pays et leur capital quoique elle tombe en ruines”. Citado de Maria Aurora Couto, *Goa, A Daughter’s Story*, New Delhi, Penguin Books India, 2004, p. 366.

¹⁷ Frederico D. Ayalla, *Goa antiga e moderna*, Lisboa, Typographia do Jornal do Commercio, 1888, p. 6.

pridas do que profundas, um ou dois pisos, com as janelas do segundo piso de sacada; eram caiadas de branco e tinham as caixilharias verdes.

Uma imagem não muito diferente das representações e descrições conhecidas de Velha Goa ou dos edifícios públicos de Pangim.

A consolidação e expansão [1882-1947] – A influência do British Raj

Apesar da influência britânica ter-se tornado mais notória a partir do início da construção do caminho-de-ferro,¹⁸ não podemos esquecer que Goa esteve ocupada pelos ingleses durante as Guerras napoleónicas e por isso a sua presença já se fazia sentir anteriormente.

Pode ser exemplo dessa influência a torre com relógio construída no edifício da Câmara entre 1864 e 1870.¹⁹ Em Inglaterra, desde os finais do século XVIII, a utilização de torres de relógio era recorrente. Também na Índia britânica a partir de meados do século XIX surgem um pouco por todo o lado, torres com relógios, isoladas ou em edifícios dos mais diversos tipos.²⁰ Eram, obviamente, símbolos de poder e de progresso que interessava replicar. É de notar que a torre erguida na Câmara de Nova Goa foi erguida por subscrição pública. O que nos indica que foi a população que quis que esta fosse construída, demonstrando o seu interesse relativamente à imagem da Câmara e a importância deste edifício para a opinião pública.

No entanto, a primeira casa da Câmara de Goa, erguida no reinado de D. Manuel, era uma casa-torre,²¹ e as torres eram elementos utilizados na tradição portuguesa,²² o que torna múltipla a possibilidade de influências neste caso.

¹⁸ Construção do caminho-de-ferro entre 1881-1888. João A. Gracias, *O Caminho-de-Ferro e Porto de Mormugão*, Basttorá, Tipografia Rangel, 1940.

¹⁹ A. Lopes Mendes, *Índia Portuguesa...*, p. 100.

²⁰ Na realidade as torres são elementos recorrentes como símbolos de poder e nomeadamente do poder local em diversos países da Europa desde pelo menos século XIII. Nikolaus Pevsner, *History of Building types*, Princeton, Princeton University Press, 1997, pp. 28-29. Em Inglaterra a seguir à Câmara de Lancaster de 1787, foi a câmara de Leeds que marcou o mote (1858, torre com relógio desenhado por Cuthbert Brodrick). E a seguir surgem torres nos edifícios em Bolton, Portsmouth, Morley and Birkenhead, in C. J. K. Cunningham, *Victorian and Edwardian Town Halls*, London, Routledge and Kegan Paul, 1981. Sobre a Índia ver: Thomas Metcalf, *An Imperial Vision*, New Delhi, Oxford University Press, 2002, pp. 55-140.

²¹ António da Silva Rego, *Gavetas da Torre do Tombo*, vol. V, p. 167 citado em: Hélder Carita, “Arquitectura Civil Indo-Portuguesa e a Paisagem Urbana de Goa” in *Os Espaços do Império*, Lisboa, CNCDP, 1999, pp. 80-81.

²² Em Portugal podem-se encontrar Câmaras Municipais com torre desde o século XV, tendo sido esta tradição levada posteriormente para o Brasil onde existem diversos exemplos. Tendo sido construída posteriormente em alguns edifícios, in Caroline Cabral, *Casas de Câmara (do séc. XV ao séc. XVIII). Uma Análise da evolução*. Prova final de Licenciatura em Arquitectura da FCTUC orientada pelo Prof. Doutor Walter Rossa, Julho 2003. A construção de edifícios de câmaras com

Também as janelas de influência gótica do Tribunal da Relação, que denotam uma procura de modernidade, reflectem na escolha da sua linguagem uma influência que também deve ter chegado através da Índia Inglesa e mais concretamente da região de Bombaim.²³ Mas se estes exemplos podem ser de algum modo dúbios, o Monumento a Afonso de Albuquerque²⁴ mostra uma declarada influência britânica, ao seguir o modelo do monumento a Cornwallis que se erguia em frente à Câmara Municipal em Bombaim.

Estes exemplos são porém pontuais; só alguns anos mais tarde, com a primeira expansão da cidade para o Altinho, as mudanças de influência no território goês se fazem notar. Ferreira do Amaral, governador em 1886, dizia referindo-se ao novo bairro: “(...) será o Malabar Hill, de Bombaim, onde os abastados negociantes têm os mais bonitos e elegantes challetes, ou bungalows”.²⁵ Foi este modelo urbano e social, importado de Bombaim, que persistiu na urbanização do Altinho a partir do início do século XX e que marcou a sua imagem.

Na concepção deste novo bairro era ainda defendida a construção de um edifício-modelo: o *bungalow do governo*. Foi, no entanto, o Palácio do Arcebispo que acabou por marcar a sua urbanização e a transição para uma nova fase na construção da cidade. A Igreja mostrava assim, que ainda tinha muito poder em Goa. Planeado inicialmente para a zona norte das Fontainhas (Desenho 2) as obras iniciaram-se no Altinho em 1889. O Paço foi desenhado por José D’Assa Castel-Branco,²⁶ então Director das Obras Públicas, goês, luso-descendente e

torres prolongar-se-á até ao século XIX-XX. No entanto penso que no século XIX este elemento não era muito comum em Portugal, sendo a maioria dos exemplos que conheço do século XX – Sintra (1906), Carrazeda de Ansiães (s.d.), Mortágua (1960), e ainda em 1920, no Porto, onde a construção do edifício da Câmara Municipal foi marcada por uma torre com relógio, possivelmente de influência inglesa.

²³ No final do século XIX início do século XX, inúmeras igrejas da região de Bombaim são remodeladas e construídas que optaram por um estilo “gótico”, que muitas vezes passava somente pelos vãos em arco apontado. Um estilo mais moderno e mais inglês adoptado por comunidades católicas, entre elas, as de descendência goesa. Sobre este assunto ver: Paulo Varela Gomes, “«Bombay Portuguese». Ser ou não ser português em Bombaim no Século XIX” in *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 2007, Vol. 28, pp. 567-604. Paulo Varela Gomes, “Two (and few other) Bombay churches: Issues of Architecture and Identity” in *Mumbai Reader 2* (2007), pp. 244-253.

²⁴ Desenhado por uma comissão presidida pelo Eng. José do Campo Costa, inaugurado em 1847. Frederico, “Monumento a Afonso d’Albuquerque em Nova Goa” in *O Oriente Português*, vol. I, n.º 10-11; n.º 12, 1904 e J. M. do Carmo Nazareth, “Monumentos a Vasco da Gama, existentes em Goa” in *O Oriente Português*, vol. VII, n.º 1-2, 1910.

²⁵ Relatório sobre a distribuição dos fundos para as Obras públicas no ano de 1885-86, *Mudança da Capital para Mormugão e outros vários assumptos. Julho de 1886*. (AHU. N.Ordem 2656, Cód. 2G).

²⁶ Jorge Forjaz e José Francisco de Noronha, *Os Luso-Descendentes da Índia Portuguesa*, Lisboa, Fundação Oriente, 2003, vol. I, p. 179 e J. A. Ismael Gracias. “General José Frederico D’Assa Castel-Branco” in *O Oriente Português*, vol. 9, 1912, pp. 102-108.

formado na Academia Militar de Goa. Apesar do edifício ter alguns elementos comuns com os construídos até então, um corredor central, janelas de sacada e de aparentemente voltarem a ser utilizadas pedras de Velha Goa (nas portas da fachada principal), as mudanças surgem na escolha do local de implantação, na sua planta em L, e na varanda do primeiro andar.

No início do século XX a influência britânica passou a ser mais evidente com alterações na imagem da cidade mais significativas. Dos domínios Ingleses vinham técnicos, trabalhadores e empresas de construção, mas também materiais tão básicos como madeira, cimento ou ferro. As viagens para visitar obras que decorriam no território vizinho tornam-se constantes. O conhecimento do que se passava na Índia britânica era grande e as comparações inevitáveis.

Começou assim a transformação da imagem urbana da capital: em 1893 as posturas municipais passaram a determinar que todos os prédios novos fossem construídos, no mínimo, a 1m de distância dos prédios vizinhos. Em 1897 as mesmas posturas proibem que se pintem as casas de branco.²⁷

Em 1902, as posturas municipais passam a permitir que “se projectem sobre os passeios, apoiadas em colunas de ferro fundido ou de granito, varandas ou eirados que resguardem do sol ou da chuva”²⁸ (Fotografia 1). Nas novas zonas de expansão como o Campal ou nas novas casas da zona central, as construções predominantes passavam a ser casas isoladas, sendo a construção de ruas contínuas reduzida.

Foi a 1.ª República que trouxe a Goa tempos de esperança no futuro, apesar de algumas dificuldades trazida pela primeira Grande Guerra. E mesmo com a instabilidade política que afectava Portugal, Goa teve os governos mais longos do território desde 1864, 46 anos antes. Com a nova constituição de 1911, esboçou-se nos Hindus um movimento de entusiasmo, pensando que a tolerância religiosa e cultural seria finalmente efectivada. Apostava-se na descentralização administrativa, e em Goa, a autonomia era um assunto que estava sempre na ordem do dia.

Em 1921, a divisão da cidade de Nova Goa em bairros foi revista, e embora se mantivessem três, estes passaram a ser Pangim, Ribandar e St. Inês²⁹ (Desenho 1). Esta alteração era significativa, mostrava mais uma vez que Goa se tentava libertar da tradição portuguesa.

²⁷ Código das Posturas do Concelho das Ilhas, aprovado pelo por accordão do Conselho de Província de 6 de Setembro de 1893 (n.º 348), Nova Goa, Imprensa Nacional, 1893. Código das Posturas do Concelho das Ilhas de Goa, aprovado por accordão do conselho de província n.º 131 de 8 de Junho de 1897, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1897.

²⁸ Código das Posturas do Concelho das Ilhas de Goa, aprovado por accordão do conselho de província n.º 406 de 2 de Dezembro de 1901, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1902.

²⁹ Boletim Oficial do Governo Geral do Estado da Índia (doravante BOGGEI), n.º 3, 11 de Janeiro 1921.

Foi neste espírito de esperança, na autonomia e na convivência mais igualitária das duas comunidades mais importantes de Goa que, Luís Maravilhas, então Director das Obras Públicas, desenha o alçado para o Recolhimento da Serra, instituição tutelada pela Misericórdia. Mais uma vez para a zona do Altinho e mais uma vez um edifício ligado à Igreja, mas agora desenhado por um técnico português que estudou em Inglaterra. O edifício seria o "...mais grandioso que até hoje se tem projectado levantar em Goa",³⁰ como o seu autor refere (Desenho 3). A escolha do *estilo mongólico*, como lhe chamava, não passaria por certo despercebida no território goês. Tentavam-se resolver questões de poder, ao mesmo tempo que se representava a reconciliação entre comunidades diferentes, como o indo-saraceno fazia na Índia Britânica. A solução foi, no entanto, rapidamente abandonada. O alçado "mongólico" deu lugar a um alçado neogótico, certamente considerado mais "adequado" e igualmente "moderno" e o edifício foi comprado pelo estado para instalar o Liceu Afonso de Albuquerque.³¹

Mais uma vez, um edifício de algum modo ligado à Igreja, mostrava mudanças na arquitectura de Nova Goa e espelhava as alterações da sociedade goesa. A planta do edifício mostra uma tipologia pouco usual até então em Goa (Desenho 4).

Poucos anos depois, em 1922, projectou-se o Pavilhão da Escola Médico-Cirúrgica. Em ambos os edifícios – o liceu e o pavilhão da escola médica – o clima foi a preocupação central e ambos foram implantados em zonas de expansão. Os edifícios são simétricos relativamente à entrada, zona onde se resolvem os acessos ao piso superior. A restante distribuição é feita pelas galerias exteriores, que protegem o edifício do sol e da chuva, e permitem que as salas, situadas no centro, tenham ventilação transversal permanente.

O pavilhão da escola médica situa-se na zona de transição entre a área central da cidade e o Campal e permitiu a afirmação da Avenida Marginal como um dos arruamentos mais importantes da cidade. Como o edifício do liceu ocupou uma zona fundamental no desenho da cidade e ajudou a consolidar uma área que se encontrava em desenvolvimento deste o início do século. O seu autor foi Ramachondra Mangesh Adwalpalkar, goês, natural de Assonorá no concelho de

³⁰ Luiz A. Maravilhas-filho. *Relatório de Obras Públicas 1916-17* (AHU. Índia. DGFTO. Obras Públicas. 1916-1919. N.Ordem 258. Cód. 2G), p. 26.

³¹ Alice Santiago Faria, *Matters of Style. Luis Maravilhas and the "Recolhimento da Serra" in Nova Goa (Pangim)*. Comunicação apresentada no encontro internacional, *Sharing Architectural cultures across the (Mediterranean) Space(s)*, que decorreu em Évora em Outubro de 2006, organização Universidade de Évora, C.I.E em Arquitectura (entregue para publicação nas Actas). Uma versão reduzida foi publicada com o título: "Matters of Style" in *Indian Architect & Builder*, Bombay, Jasubhai Media, Fevereiro de 2007.

Bardez, que havia estudado em Bombaim.³² Foi o primeiro arquitecto e o primeiro hindu nos quadros técnicos das Obras Públicas de Goa.³³

A chegada de técnicos goeses formados na Índia fez com que as diferenças arquitectónicas se comesçassem a acentuar. Exemplos semelhantes a este podem ser encontrados por toda a Índia Inglesa, mas também em Moçambique ou em Macau.³⁴ No entanto, em todos estes locais os ingleses "andavam por perto".

Em 1924, dois anos depois de ter sido criado, o lugar de arquitecto foi extinto por se considerar que não era necessário.³⁵ Só voltou a ser criado vinte anos mais tarde. Também só vinte anos mais tarde, dois goeses de origem hindu ocuparam os quadros técnicos das obras públicas: o Arquitecto Naguexa Pissurlencar, formado em Bombaim,³⁶ e o Engenheiro Balcrisna Naique formado no Instituto Superior Técnico em Lisboa.³⁷

Da independência da Índia inglesa a 1961 – Os projectos do Estado Novo

Durante os anos que separam o fim da 1.ª República da Independência da Índia, as obras de Nova Goa centraram-se na infra-estruturação da cidade.

Em Maio de 1947,³⁸ foram estabelecidos novos limites administrativos (Desenho 1). Nova Goa passa a ser Cidade de Goa. A velha cidade voltava a ser incluída no limite urbano. Ficava espelhada nesta mudança a política dos anos que se seguiram – o regresso à história e aos desígnios grandiosos do Império Colonial Português.

³² BOGGEI n.º 37, 9 de Maio 1922. O cargo de Arquitecto na Direcção de Obras Públicas da Índia Portuguesa foi criado pela primeira vez em Julho de 1922. BOGGEI, n.º 54 de 7 de Julho 1922.

³³ Alice Santiago Faria, *Ramchandra Mangesh Adwalpalkar. O primeiro arquitecto da Direcção das Obras Públicas da Índia Portuguesa* (no prelo).

³⁴ Em Macau, na Praia Grande, José Manuel Fernandes refere uma transformação semelhante (de edifícios com fachadas compactas e com varandas, tipo solares, para fachadas com varandas e arcadas) durante a segunda metade do século XIX e início do século XX. José Manuel Fernandes, "A Cultura das Formas: Urbanismo, Arquitectura, Artes" in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, vol. 4, p. 482.

³⁵ BOGGEI n.º 69, 26 de Agosto; n.º 85, 21 de Outubro; n.º 98, 5 de Dezembro 1924.

³⁶ Naguexa Xambá Sinai Pissurlencar, trabalhou nas Obras Públicas de Goa, pelo menos entre 1945-61. Foi nomeado arquitecto do quadro das obras públicas de Goa por Portaria Ministerial de 8-3-1950. Entrevista com Eng. Vitorino Pinto, Genebra, Maio de 2006 e *Relatório de 1955. Tabela de pessoal técnico da Repartição de Obras Públicas*. (AHU. DGOPC. ULT. 1941-1956. Conselho Técnico do Fomento-Parecer. N.Ordem 36, Cód. 1G).

³⁷ Balcrisna Ramachondra Naique, trabalhou nas Obras Públicas de Goa, pelo menos entre 1945-61. Foi Engenheiro Adjunto da Direcção das Obras Públicas (1949) e Chefe da Secção de Edifícios em 1953. Trabalhou também na Secção de Águas. Entrevista com Eng. Vitorino Pinto, Genebra, Maio de 2006 e *Relatório de 1955 (...)* (AHU. N.Ordem 36, Cód. 1G).

³⁸ BOGGEI, PP n.º 4403, 22 de Maio 1947 alterada pela PP n.º 4456, 14 de Agosto 1947.

Três meses depois, em Agosto, a União Indiana tornava-se independente.

Durante os governos de Bénard Guedes (1952-1958) e de Vassalo e Silva (1958-61), os últimos governadores portugueses, técnicos portugueses trabalharam em conjunto com técnicos goeses. Quer em Goa, quer em Lisboa.³⁹ O lema era construir.

Na arquitectura pública de Pangim dois nomes surgem frequentemente: Lucínio Cruz e Naguxa Pissurlencar. Ao nível privado alguns técnicos vindos da Índia Britânica continuaram a trabalhar em Goa, em moradias e edifícios privados. Em Pangim o Hotel Mandovi, inaugurado em 1952 e desenhado pela firma de arquitectos Master, Sathe and Botha de Bombaim,⁴⁰ é o melhor exemplo.

Na capital foram diversos os edifícios construídos e muitos os projectados, variando entre uma linguagem de influência modernista e a linguagem nacionalista do regime.

Entre os edifícios construídos encontram-se o Ninho Dr. António Oliveira Salazar (1956)⁴¹ e a Escola Comercial e Industrial (1955/1958) de Pissurlencar,⁴² ambos com uma linguagem modernista. Sendo a solução da Escola Comercial e Industrial uma solução perfeitamente adaptada ao clima, que funciona em torno de um pátio com um volume em U. Dos muitos edifícios projectados mas não construídos destaca-se o Estádio (1950/52) de Lucínio Cruz⁴³ e Pissurlencar, a Escola Normal de Luís de Camões (1954) de Pissurlencar, a Câmara Municipal de A. Sousa Mendes⁴⁴ (1959/60), e a ampliação do Liceu Afonso de Albuquerque (1955/60) com duas soluções distintas uma da autoria de Lucínio Cruz e outra de Nagueza Pissulencar.⁴⁵

Lucínio Cruz desenhóu o estádio da cidade de Nova Goa, para a zona das Fontainhas, numa área junto à rua de Ourém para sul da antiga Rua da Armada Portuguesa. Era composto por duas bancadas, onde por baixo de uma delas, a

³⁹ Vitorino Pinto esteve em Lisboa no Gabinete de Urbanização do Ultramar entre 1953-57, Pissurlencar esteve em 1953 a 54/55 – aproximadamente um ano e meio. Entrevista com Eng. Vitorino Pinto, Genebra, Maio de 2006.

⁴⁰ Inauguração a Novembro de 1952. Artigo sobre os 25 anos do hotel no Diário da Noite, 3 Dez. 1977.

⁴¹ Hoje Institute of Public Assistance. *Notícias do Estado da Índia*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1956, 15 de Julho de 1956.

⁴² Conversa com Vitorino Pinto, engenheiro responsável pelo projecto de estruturas. Hoje Goa College of Pharmacy.

⁴³ Lucínio Cruz, arquitecto, português. Durante a década de 50 trabalhou no Gabinete de Urbanização do Ultramar, no Plano da Cidade de Goa e em diversos projectos. Em 1959 era Chefe do Serviço de Arquitectura e Monumentos.

⁴⁴ Arquitecto, técnico do Gabinete de Urbanização do Ultramar que trabalhou sobretudo em Angola.

⁴⁵ Os processos deste projectos encontram-se todos no Centro de Documentação e Informação do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (CDI-IPAD) são os processos relativos à Índia n.º 304 (estádio), 468 (escola normal), 553 (câmara municipal), Liceu_ 564 e Liceu_ Fc5.

mesma onde se localizava a tribuna de honra e pela qual se fazia o acesso, se resolvia o programa necessário. A sua fachada aproveitava os elementos programáticos e estruturais para a sua resolução, utilizando com uma linguagem nacionalista (Desenho 5). Porque o local escolhido não tinha as dimensões nem o desafogo necessário decidiu-se a mudança para a zona do Campal entre a Alameda Gaspar Dias e o Rio Mandovi. O estádio foi construído, mas não com a imagem que Lucínio Cruz previra. A linguagem nacionalista deu lugar a uma solução funcionalista sem mais pretensões. A solução final foi provavelmente desenhada por Pissurlencar que em 1953 estudava uma solução diferente.⁴⁶

O anteprojecto da Escola Normal de Luís de Camões (1954), de Pissurlencar, com uma imagem modernista. Ocupava o lugar fronteiro à Escola Comercial e Industrial (primeiro projecto com uma escala e dimensões muito diferentes do que foi construído) também desenhado por ele. Parte da construção assentava em pilotis, o edifício tinha uma rampa de acesso, que lhe conferia uma certa plasticidade, e varandas e "bris-soleis" do lado sul. O clima teve mais uma vez uma grande importância com a procura de resolver a ventilação transversal a condicionar toda a solução (Desenho 6).

O novo edifício da Câmara Municipal era implantado no local do antigo que entretanto havia sido demolido. Tinha portanto uma implantação urbana de destaque e com uma grande importância histórica e simbólica para a cidade. No anteprojecto do edifício da Câmara, Sousa Mendes, refere-a como a principal condicionante para além do programa a questão do clima e da ventilação. A entrada principal do edifício era do lado da praça mas sendo contudo possível entrar pelo lado oposto. Para além da administração do concelho o edifício iria conter o registo civil e predial, os serviços veterinários, biblioteca e turismo. Era composto por dois corpos, um sobre o local de implantação do antigo edifício, outro composto pelo salão nobre poisava sobre o jardim. Por um terceiro corpo, de ligação, se faziam o acesso. O edifício tinha uma orientação norte-sul sendo o alçado sul protegido por um conjunto de "bris-soleis". O edifício tinha uma linguagem claramente modernista.

A ampliação do projecto do Liceu Afonso de Albuquerque foi um processo complicado como se pode verificar pelo intervalo de tempo que se arrastou. Houve pelo menos duas soluções, uma desenhada em Goa, outra em Lisboa ambas de 1958. Lucínio Cruz assinou uma solução que previa a ampliação pontual dos edifícios, o acrescento de corpos para casas de banho, o aumento de um piso ou de um tramo, mantendo os processos construtivos primitivos na generalidade (as construções tem todas alvenaria de laterite). Esta solução foi abandonada pelos edifícios existentes não terem condições de estabilidade suficientes para aguentarem a sobrecarga. Na outra solução, assinada por Pissurlencar, o Liceu

⁴⁶ *Estádio de Nova Goa. Proc. 63191. 1953.* (AHU. Índia. DGOPC. 1936/58. Reconstrução dos Monumentos Nacionais, Liceu Nacional de Goa, Escola Médica, etc., N.Ordem 1200, Cód. 1H).

passava de Liceu Nacional para Liceu Masculino, os pavilhões já existentes eram também aproveitados mas integrados numa solução de conjunto, que passava pela construção de novos corpos que continuavam os antigos e por uma galeria que unia todos os volumes que lhe unificava a sua imagem. A solução juntava no mesmo edifícios fachadas com imagem nacionalista e fachadas e/ou elementos de imagem modernista. A solução foi também abandonada pois a desigualdade de linguagem e de cotas de implantação tornavam a solução de difícil execução. Por fim foi proposto que o Liceu Feminino ficasse nas instalações existentes e que se desenhasse novas instalações para o Liceu Masculino.⁴⁷ Em Setembro de 1961 estavam a ser projectadas as estruturas do edifício para o novo Liceu.

Em 1940 na visita de estado que o Ministro do Ultramar realizou a Goa mostrou-se “*desagradavelmente impressionado*” com as obras que decorriam no 5.º e último pavilhão do Liceu Afonso de Albuquerque, sugerindo que de futuro as grandes obras deveriam ser desenhadas em Lisboa como tinha acontecido com os liceus de Luanda e de Lourenço Marques.⁴⁸

Destes poucos exemplos podemos concluir que os processos entre Lisboa e Goa eram demorados, complicados e demasiado burocráticos. Salvo algumas excepções a maioria dos projectos continuou a ser projectada em Goa, ou por técnicos dos serviços de Goa. Por fim, os edifícios mais pequenos e por isso com um orçamento mais baixo, que Goa tinha autonomia para construir, como o Ninho ou a Escola Comercial e Industrial foram efectivamente construídos, todos os outros acabaram por ficar no papel. Vassalo e Silva em tom de desabafo, num ofício ao Ministro do Ultramar, agradecia o interesse demonstrado nas obras do Liceu Masculino de Goa: “...por ver então concretizado o desejo enorme que tenho de começar, enfim, como uma primeira obra já de certo vulto – o que considero da maior importância – muito grato ficarei se, dentro em breve, puder ter o prazer de abrir concurso para a empreitada de execução...”.⁴⁹ O edifício não foi construído.

Fica então a dúvida se estes processos não avançaram efectivamente por um excessivo peso burocrático e por não ter havido tempo para os concluir ou se Lisboa tinha verdadeiramente vontade política de os construir.

Em resumo...

A arquitectura em Pangim, na época em questão, pode dividir-se em grandes períodos que espelham as influências na sociedade e na cidade.

⁴⁷ Parecer da Direcção Geral de Comunicações e Obras Públicas do Ministério do Ultramar, de 15 de Dezembro de 1959. Processo n.º Liceu_Fc5. CDI-IPAD.

⁴⁸ Liceu Nacional Afonso de Albuquerque, Proc. 63122. Ofício de Julho de 1940. (AHU. N.Ordem 1200. Cód. 1H).

⁴⁹ Ofício de 9 de Novembro de 1960. Processo n.º Liceu_Fc5. CDI-IPAD.

O primeiro vai desde a sua fundação até ao final das grandes obras de infra-estruturação da cidade e à chegada do caminho-de-ferro em 1882. A influência inglesa já se fazia sentir mas era pontual. O ‘culto’ da velha Goa Dourada dominava a sociedade goesa, ou melhor, a sociedade luso-descendente que por sua vez dominava os quadros da administração e neste caso específico os quadros das Obras Públicas.

Pangim tinha raízes portuguesas que chegavam em 2.ª mão. A arquitectura pública da cidade em meados do século XIX era simples e funcionalista. Não necessitava de se impor, nem de mostrar um poder há muito estabelecido.

Com o início da construção do caminho-de-ferro, inicia-se o 2.º período. Os equilíbrios mudam e a presença inglesa volta a ser efectiva no território goês. Com os resultados da Conferência de Berlim e o Ultimato, as questões de soberania, passam a ser recorrentes. A presença de técnicos portugueses no território passa a ser mais frequente, por vezes como o início de uma promissora carreira em outros territórios do ultramar.

No entanto, era quase impossível para Portugal – um país empobrecido e longínquo – lutar contra a influência da jóia da coroa do império britânico, mesmo ali ao lado. Salvo raras excepções os técnicos portugueses, na maioria das vezes, os Directores das Obras Públicas, tinham comissões de serviço curtas e por isso quem acabava realmente por desenhar e decidir eram os técnicos em Goa, que Lisboa tinha muita dificuldade em controlar.

Escreveu Frederico Ayalla: “*Finda aqui a historia portugueza de Goa. O terreno estava agora aplanado para o periodo inglez (...)*”.⁵⁰ E apesar de haver uma certa relutância em aceitar a crescente ascendência britânica, era inegável que a sua influência era crescente. Em Portugal, a presença e a intervenção activa dos ingleses, nomeadamente na Índia e em Moçambique, era um facto.

A linguagem dos edifícios e a imagem da cidade transformam-se, libertando-se da tradição construtiva portuguesa para passar a ser mais atenta às necessidades do clima e as soluções procuram modelos usados no império britânico. Aposta-se nos edifícios públicos como impulsionadores do desenvolvimento urbano e sua a linguagem passa a reflectir de um modo mais claro as funções de representatividade.

Com a 1.ª República chegam mais promessas de mudança. Constroem-se edifícios pontuais, infra-estruturas importantes para a cidade, fazem-se novas experiências tipológicas e linguísticas mas com poucas consequências a longo prazo ou na imagem da cidade.

O terceiro e último período chega com o Estado Novo e os técnicos goeses adaptam-se como se adaptaram os portugueses. A influência modernista, que chegava globalmente quer de Bombaim quer dos territórios portugueses em África, fazia-se sentir mas a maioria das vezes timidamente. A maioria dos grandes edifi-

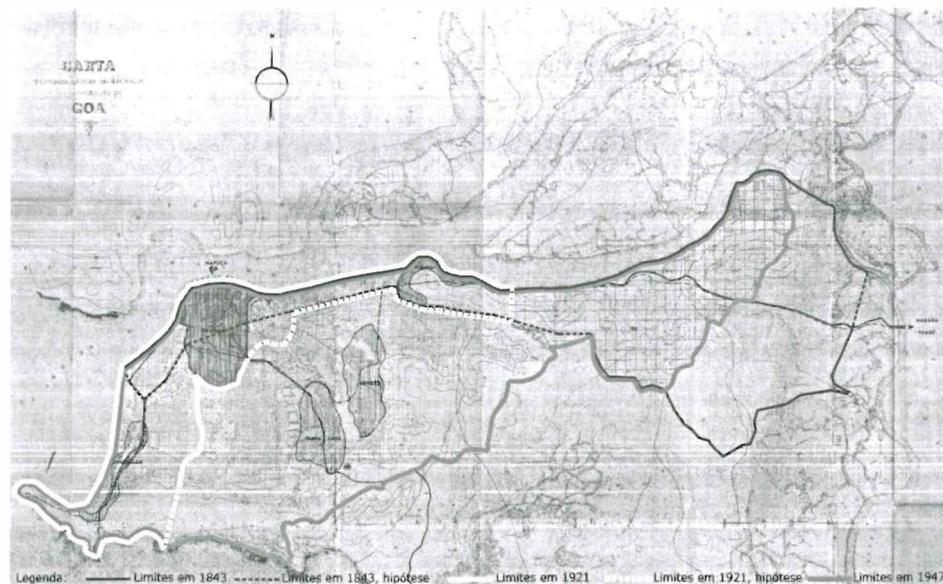
⁵⁰ F. Ayalla, *Goa antiga...*, p. 256.

cios públicos, projectados numa linguagem clássica, nacionalista ou modernista, acabou por não ser construído.

A arquitectura pública construída em Goa, manteve-se simples e funcionalista. Quem sabe, porque à muito quem administrava Goa, na realidade, não era os portugueses mas sim os goeses. Goa sobrevivia por si só.

Como Pearson refere em *Os Portugueses na Índia*,⁵¹ Portugal expandiu-se mas nunca verdadeiramente dominou. Não sei se terá sido sempre assim nos 450 anos de governação portuguesa, mas no século XIX e XX, nas obras públicas, certamente foi.

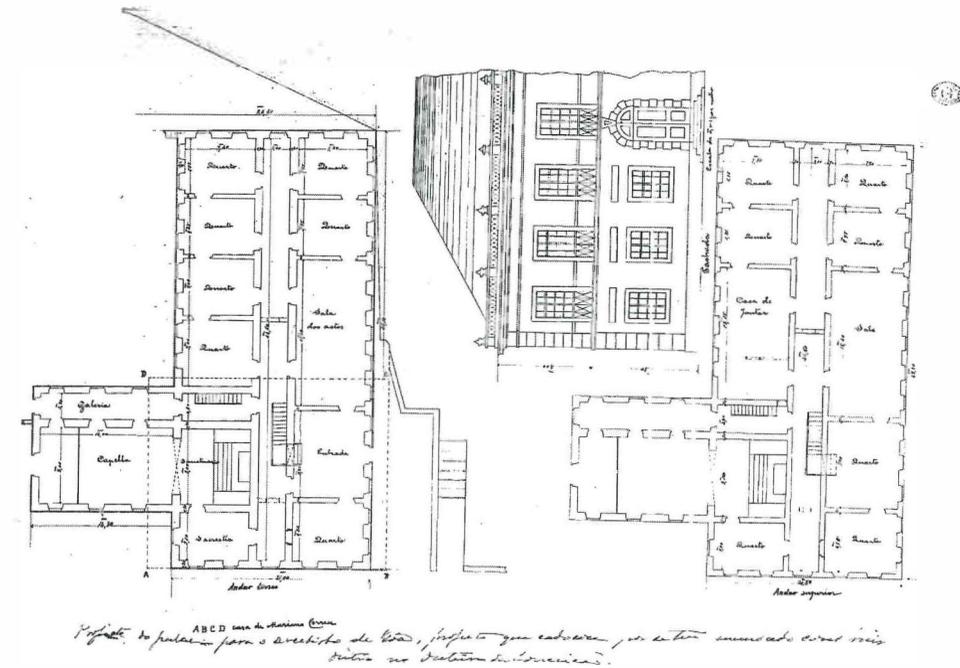
Elementos gráficos. Legenda e créditos



Desenho 1 – Limites da cidade de Nova Goa como definidos em 1843, 1921 e 1947.

Esquema desenhado sobre Planta da Cidade de Goa, Estado Actual. Esc. 1:20.000. Plano Director, 1.ª Fase. 1960. (CDI-IPAD. Índia. Direcção Geral de Obras Publicas e Comunicações. Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação. Plano Director de Goa 1.ª fase. 2.º Volume. Proc. n.º 431-A.)

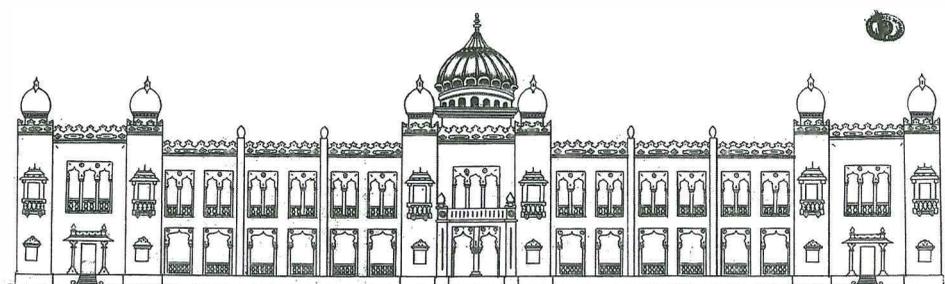
⁵¹ Michael N. Pearson, *Os Portugueses na Índia*, Lisboa, Teorema, s.d., p. 74.



Desenho 2 – Projecto do Palácio para o Arcebispo de Goa (...), in *Obras Públicas da Índia*, 1888, Proc. n.º 25 (AHU, IND, Obras Públicas, 1870/1888, N.Ordem 2656, Cód. 2G).



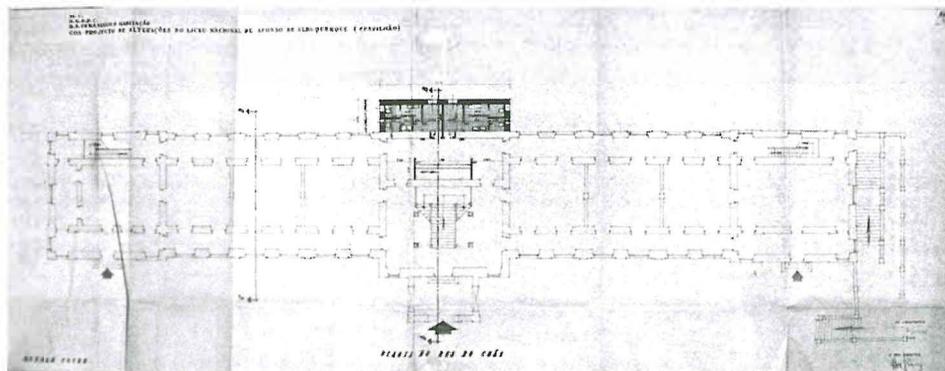
Fotografia 1 – “Entrada da cidade vista da Ponte de Linhares”. Cerca de 1950. (CDI-IPAD. Índia. Ministério do Ultramar. Gabinete de Urbanização do Ultramar. Fotografias diversas. s.d.).



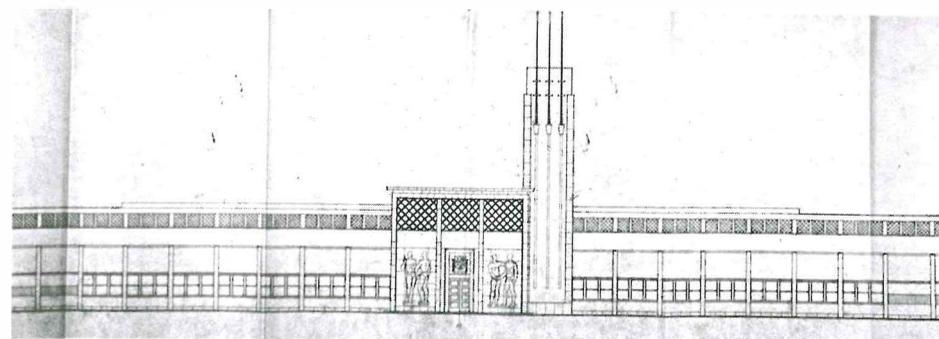
Novo Recolhimento da Stª Casa Misericórdia em Nova. Gós., Projecto de L. Maravilhas

Maravilhas

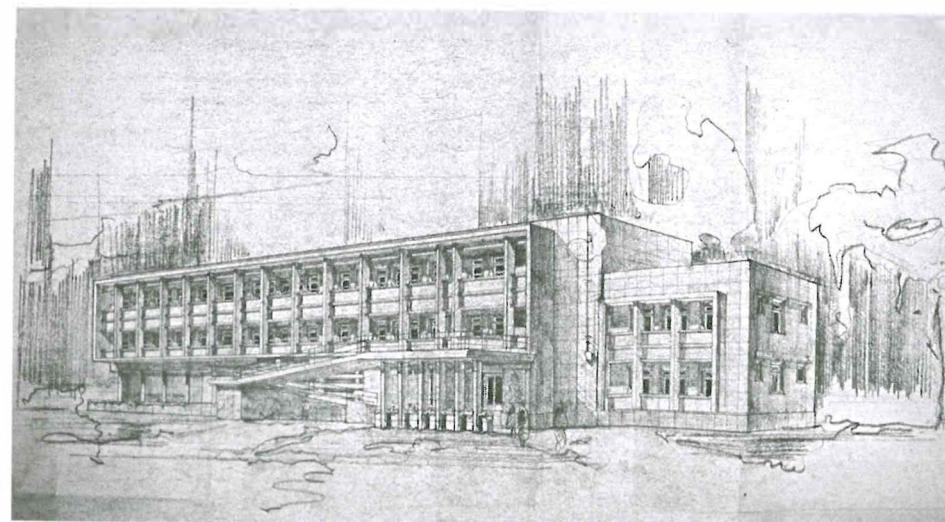
Desenho 3 – “Novo Recolhimento da Santa Casa Misericórdia em Nova-Goa. Projecto de L-Maravilhas”, in *Relatório de Obras Públicas 1916-17* (AHU. Índia. DGFTO. Obras Públicas. 1916-1919. N.Ordem 258. Cod. 2G).



Desenho 4 – Planta do rés-do-chão do Liceu Afonso de Albuquerque. Para além do desenho original da planta pode-se observar a alteração proposta na data do desenho (1958) que foi a introdução de zonas sanitárias, o encerramento dos vãos das galerias com caixilharia feito em data que se desconhece e a escadaria lateral que se pensa ter sido uma alteração introduzida ainda na década de 1920. (CDI-IPAD. Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações. Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação. Projecto de Alterações do Liceu Nacional Afonso de Albuquerque. Trabalho n.º 564). Ministério do Ultramar. Gabinete de Urbanização do Ultramar. Fotografias diversas. s.d.).



Desenho 5 – Estádio de Nova Goa. Fachada principal – pormenor da entrada. (CDI-IPAD. Índia. Ministério das Colónias. Gabinete de Urbanização Colonial. Pasta com documentação diversa. Trabalho 304).



Desenho 6 – Projecto para Escola Normal de Luís de Camões. Perspectiva. (CDI-IPAD. Índia. Ministério do Ultramar. Gabinete de Urbanização do Ultramar. Anteprojecto da Escola Normal Luis de Camões. 1954. Trabalho n.º 468).